

A APLICAÇÃO DA *BUSINESS JUDGMENT RULE* NO ÂMBITO CRIMINAL: OS DEVERES FIDUCIÁRIOS COMO CRITÉRIO PARA A ADEQUAÇÃO PROFISSIONAL DA CONDUTA DOS ADMINISTRADORES DE EMPRESAS

*THE APPLICATION OF THE BUSINESS JUDGMENT RULE IN CRIMINAL
SPHERE: FIDUCIARY DUTIES AS A CRITERION FOR THE PROFESSIONAL
SUITABILITY OF THE CONDUCT OF COMPANY DIRECTORS*

THIAGO COSTA DOS SANTOS¹

Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, IDP, Brasil.
thiagocostajuris@gmail.com

DOI: [10.5281/zenodo.18261492].

ÁREA DO DIREITO: Penal; Societário

RESUMO: A formação de relações empresariais cada vez mais complexas fez com que a criminalidade evoluísse para a prática de crimes ainda mais difíceis de serem solucionados pelos órgãos persecutórios. Consequentemente, as atividades profissionais estão se tornando cada vez mais reguladas. O presente trabalho analisa a atividade dos administradores de empresas, os quais são obrigados, por meio de leis extrapenais (Lei das

ABSTRACT: The development of increasingly complex business relationships has caused criminality to evolve and to commit crimes that are even more difficult to be solved by law enforcement agencies. Because of this, professional activities are becoming increasingly regulated. The present paper analyzes the activity of company managers, who are obliged by extra-penal laws (Corporate Law and the Civil Law) to observe fiduciary

-
1. Mestre (2022) e pós-graduado (2021) em Direito Constitucional pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Pós-graduado em Direito Penal e Processual Penal pela Unesa (2017). Especialista em *Compliance* pela Universidade de Coimbra em parceria com o IBCCRIM (2023). Advogado.

Lattes: [http://lattes.cnpq.br/8211098683453862].

ORCID: [https://orcid.org/0000-0001-8105-2133].

E-mail: thiagocostajuris@gmail.com

Como citar este artigo | *How to cite this article:* SANTOS, Thiago Costa dos.

A aplicação da *business judgment rule* no âmbito criminal [...].

Revista Brasileira de Ciências Criminais – RBCCrim, São Paulo: Ed. RT, v. 213, ano 34, p. 161-193, mar./abr. 2026.

DOI: [10.5281/zenodo.18261492].

Sociedades por Ações e Código Civil), a observar os deveres fiduciários. Poderiam eles, ao praticar uma conduta profissionalmente adequada, ser responsabilizados criminalmente? No âmbito civil e administrativo, aplica-se a *business judgment rule* (regra da decisão negocial), a qual isenta de responsabilidade a alta administração quando forem observados os deveres fiduciários. Quanto ao âmbito penal, invocou-se a teoria da adequação profissional elaborada por Hassemer, o qual sustenta que, ainda que contribua para a prática de crimes, uma conduta profissionalmente adequada é objetivamente atípica e, portanto, não gera qualquer responsabilização criminal. Conclui-se, portanto, que a *business judgment rule*, embora seja aplicada tão somente nas searas cível e administrativa, repercute, também, no direito penal, a ponto de isentar o administrador de empresas da responsabilidade criminal por eventual crime praticado em decorrência de sua conduta.

PALAVRAS-CHAVE: *Business judgment rule* – Deveres fiduciários – Adequação profissional – Imputação objetiva – Responsabilidade penal de administradores.

duties. Could they, by practicing professionally adequate conduct that, be held criminally liable? In the civil and administrative spheres, the business judgment rule has been applied, which exempts senior management from liability when fiduciary duties are observed. As to the criminal scope, the theory of professional adequacy elaborated by Hassemer was utilized, which affirms that, even if contributes to the commission of crimes, a professionally adequate conduct is objectively atypical and, therefore, does not generate any criminal liability. It is concluded, therefore, that the business judgment rule, although it is only applied in the civil and administrative spheres, also has implications in criminal law, to the extent of exempting the business manager from criminal liability for any crime committed through his conduct.

KEYWORDS: Business judgment rule – Fiduciary duties – Professional adequacy – Objective imputation – Criminal liability of executives.

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. O risco empresarial e a *business judgment rule*. 2.1. A empresa como fator de risco. 2.2. Os deveres fiduciários dos administradores de empresas. 2.3. A *business judgment rule*. 3. Teorias aplicáveis à responsabilização penal individual no âmbito empresarial. 3.1. Teorias acerca da responsabilidade criminal dos administradores de empresas. 3.2. Teorias atinentes à imputação objetiva. 3.2.1. Princípio da confiança. 3.2.2. Teoria dos papéis e "proibição de regresso". 3.2.3. Princípio da autorresponsabilidade. 3.2.4. Adequação social. 4. A teoria da adequação profissional e a contribuição da *business judgment rule* na análise da responsabilidade penal do administrador. 4.1. Teoria da adequação profissional. 4.1.1. Críticas. 4.2. A *business judgment rule* como fator determinante da conduta profissionalmente adequada. 5. Considerações finais. 6. Referências. 7. Jurisprudência. 8. Legislação.

1. INTRODUÇÃO

À medida que a sociedade se desenvolve técnico-cientificamente, todos os grupos sociais são afetados positiva ou negativamente. O surgimento de novas tecnologias, por exemplo, exige que determinados grupos se adaptem para continuar existindo. Um dos principais âmbitos afetados pela transformação social é, sem